

## DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

### ANEXO VIII – EDITAL 027/2021

A empresa **(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)**, com endereço **(RUA/AVENIDA/PRAÇA, Nº, BAIRRO, CIDADE e ESTADO)**, inscrita no CNPJ sob o nº **(Nº DO CNPJ)**, declara que **inexistem fatos impeditivos para participar no certame licitatório** referente ao EDITAL **027/2021**, em especial, no que se refere à:

- 1.** Suspensão do direito de licitar e contratar com o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA**, durante o prazo da sanção aplicada (**artigo 87, III da Lei Federal nº8.666/1993**);
- 2.** Ter sido declarada inidônea vigente à penalidade imposta pela Administração Pública (**artigo 87, IV da Lei Federal nº8.666/1993**);
- 3.** Ser o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica (**artigo 9º, I da Lei Federal nº8.666/1993**);
- 4.** Ser empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado (**artigo 9º, II da Lei Federal nº8.666/1993**);
- 5.** Ser servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (**artigo 9º, III da Lei Federal nº8.666/1993**);
- 6.** Ser proibida de contratar com a Administração Pública (**artigo 72, § 8º, V, da Lei Federal nº9.605/1998 - Lei dos Crimes Ambientais**);
- 7.** Ter sido condenado por ato de improbidade administrativa que importa em proibição de contratar com o Poder Público (**artigo 12, III da Lei Federal nº8.249/1992**);
- 8.** Impedida de licitar e contratar com o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA**, durante o prazo da sanção aplicada (**artigo 7º da Lei Federal nº10.520/2002**);
- 9.** Encontrar-se sob regime de concordata, recuperação judicial **sem plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente**, recuperação extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial.

Outrossim, declara ser conhecedora de que a violação, a qualquer tempo, dos dispositivos legais mencionados, implica na rescisão de futuro contrato administrativo a ser celebrado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Santo Antônio de Pádua/RJ, ...../...../**2021**.

---

Assinatura do representante legal da empresa